



## Mais nove MPs na pauta do Plenário

O Plenário do Senado pode votar amanhã a medida provisória (MP) que trata de salário e contratação de médicos peritos no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Outras oito MPs, já aprovadas pela Câmara, também devem entrar na pauta esta semana.

Página 3

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X - Nº 1.930 - Brasília, segunda-feira, 10 de maio de 2004

## Senadores querem explicações sobre atraso na recriação da Sudene e Sudam

A Comissão de Assuntos Econômicos ouve amanhã o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, sobre a decisão do governo de retirar o pedido de urgência no exame dos projetos que recriam as Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam). Ciro deverá falar ainda sobre os estudos para criação da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Página 5

### PT substitui Paulo Paim na comissão do salário mínimo

A líder do PT, Ideli Salvatti, anunciou sexta-feira a substituição de Paulo Paim na comissão mista que examinará a MP do salário mínimo. Paim se disse chocado com a decisão.

Página 7

### Mudança na Lei Eleitoral é examinada pela CCJ

A Comissão de Justiça analisa nesta quarta-feira projeto determinando que a cassação de mandato por compra de voto só ocorrerá após o julgamento final do processo.

Página 3



### ATENÇÃO AO COMBUSTÍVEL

O consumidor deve estar atento ao preço e à qualidade do combustível na hora de abastecer o veículo. O **Especial Cidadania** de hoje traz dicas para gastar menos e identificar o combustível adulterado.

Página 8





**SEGURANÇA** Projeto de Azeredo também estabelece colocação de barras de proteção lateral

## Azeredo propõe airbag como item obrigatório nos veículos

Com a intenção de aumentar a segurança dos passageiros, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apresentou projeto de lei (PLS 115/04) que modifica o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar os veículos a portarem *airbag* para o condutor e passageiros do banco dianteiro. O *airbag* é um saco que infla automaticamente, impedindo que, em acidente, as pessoas sejam atiradas contra as partes sólidas do carro.

No mesmo projeto, que aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Azeredo exige que os veículos portem barras de proteção lateral e arco de proteção superior, nesse caso, quando isso for indicado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Seu intento é que essas exigências sejam progressivamente incorporadas aos veículos novos, de acordo com cronograma de implantação.

O parlamentar argumenta que, com a generalização da incorporação dos componentes às linhas de montagem, o custo por item agregado segue tendência de barateamento.

# Agenda

## Plenário analisa amanhã projeto sobre carreira da Previdência

A sessão de hoje, às 14h30, é destinada a discursos dos senadores, sem a votação de matérias. Amanhã, tem prioridade a análise do projeto (PLV 26/04) originado de medida provisória que, por ter sido apresentado com prazo vencido, tranca a pauta de



votações. A proposta cria a carreira de perícia médica da Previdência Social e trata da remuneração da carreira de supervisor médico pericial do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

## Senadores examinam nomeações para direção do Dnit

Amanhã, a partir das 11h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) examina mensagens do Executivo indicando Alexandre Silveira de Oliveira e Hideraldo Luiz Caron para exercerem, respectivamente, o cargo de diretor-geral e diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit).



## Ministro da Integração Nacional fala à CAE

A indicação de Marcelo Trindade para o cargo de presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) será votada amanhã, às 9h30, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na segunda parte da reunião, a CAE ouve o ministro da Integração Nacional, *Ciro Gomes* (foto), sobre a recriação da Sudam e da Sudene.

## Comissão de Educação vota homenagem a Ernesto Stumpf

A Comissão de Educação (CE) vota amanhã, em reunião marcada para as 11h, projeto (PLC 3/04) que dá o nome do professor Ernesto Stumpf ao aeroporto da cidade de São José dos Campos (SP).

Além disso, serão discutidos requerimentos solicitando a extinção da Subcomissão Permanente de Rádio e TV, e a sua substituição pela Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia.

## Projeto cria conselhos de arquitetura

O projeto que cria os Conselhos Federal e Regionais de Arquitetura e Urbanismo como órgãos de fiscalização profissional (PLS 347/03) será discutido pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na quarta-feira às 10h. Foram convidados para a reunião os presidentes do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Haroldo Pinheiro, e da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA), Eduardo Bimbi, além do urbanista e ex-governador do estado do Paraná, Jaime Lerner (foto).



## Orçamento discute avisos

Amanhã, a partir das 14h30, a Comissão Mista do Orçamento (CMO) promove reunião para discutir avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas pelo órgão em instituições públicas. Serão analisados também requerimentos apresentados pelos parlamentares solicitando audiências.

## Farmácias populares na CCJ

Entre os itens em discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne na quarta às 10h, estão projeto que cria Farmácias Populares (PLC 30/03); proposta que trata da conversão da união estável em casamento (PLC 73/01); e proposição sobre penitenciárias de mulheres (PLC 105/03).

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**RISCO** Artigo de revista inglesa ameaça avanço do agronegócio na região, alerta Mozarildo

## Mozarildo critica matéria sobre plantio na Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) criticou sugestão feita aos países industrializados pela revista inglesa *The Economist*, de evitar a importação de carne e soja provenientes do Brasil, sob o argumento de que as pastagens e plantações estariam "comendo" a floresta amazônica. A seu ver, a reportagem pode ser vista como mais uma ameaça à expansão do agronegócio brasileiro, que cresceu mais de 7% no ano passado e registrou, nos primeiros nove meses de 2003, superávit de US\$ 18 bilhões.

A matéria da revista inglesa, observou Mozarildo, foi divulgada em várias partes do mundo por organizações não-governamentais (ONGs) ligadas à área de meio ambiente. Ele ressaltou que os plantios se restringem à Amazônia Legal destinada ao agronegócio e que existem ainda, na região, 100 milhões de hectares a serem utilizados para a produção, sem prejuízo das populações indígenas e dos recursos naturais. O senador alerta que as disputas entre as nações, no setor agrícola, são muito fortes.

### UnB

Mozarildo registrou ainda resultado de pesquisa do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB), segundo o qual o custo de cada aluno nas etapas de graduação, mestrado, doutorado ou residência atinge, em média, R\$ 5,7 mil. Na opinião do senador, a pesquisa leva a um resultado mais próximo da realidade do que um outro cálculo, este feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que aponta uma despesa por aluno bem maior: R\$ 9,4 mil.

– O estudo demonstra que pode ser mais barato investir no ensino superior público do que no privado – afirma ele.



## José Jorge quer alterar a tramitação dos vetos

Está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando designação do relator, a proposta de emenda Constituição (PEC) 23/04, apresentada na quarta-feira (5) pelo senador José Jorge (PFL-PE), que modifica a forma de tramitação dos vetos presidenciais no Congresso Nacional. Eles passariam a ser apreciados em reuniões separadas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

A PEC também estipula que o início da tramitação do veto se dê, alternadamente, na Câmara e no Senado, e amplia o



**José Jorge propõe reuniões separadas para discutir a matéria**

prazo de tramitação, atualmente de 30 dias no Congresso Nacional, para 30 dias em cada uma das Casas. Por fim, revoga inciso constitucional que inclui a apreciação dos vetos como uma das hipóteses para a realização de sessão conjunta do Congresso.

Segundo José Jorge, das 212 mensagens presidenciais não apreciadas pelo Congresso, a mais antiga, de 1994, expõe as razões de um veto total a projeto de lei da Câmara, de 1994, que dispõe sobre o exercício da profissão de desenhista.

## Governo precisa definir política rural, diz Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) cobrou do governo a definição de uma política "preventiva e estratégica" para o setor rural, com programas que sejam ágeis e eficazes para atender aos produtores agropecuários que amargam graves prejuízos pelas adversidades climáticas, como estiagens prolongadas e enchentes.

Simon exemplificou com o que ocorreu nos três estados da Região Sul e em Mato Grosso do Sul, com a perda de safra em função da seca. "Desesperados, milhares de pequenos produtores e suas famílias ocuparam e bloquearam estradas na tentativa de alertar as autoridades para a gravidade da situação", relatou. No seu estado, continuou Simon, 382 municípios decretaram situação de emergência, representando cerca de 77% dos 497 municípios do Rio Grande do Sul. Nos quatro estados, o número de municípios atingidos alcançou 536.

Tanto os recursos do governo federal quanto os liberados pelos programas estaduais foram insuficientes para socorrer os



**Crédito diferenciado para agricultor familiar e assentados, sugere Simon**

produtores e minimizar as perdas. Segundo o senador, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, prometeu cerca de R\$ 20 milhões para os que perderam mais de 50% da safra, e esses recursos ainda não foram liberados.

De acordo com dados do Movimento dos Pequenos Agricultores, citados por Simon, apenas 64 mil famílias de um universo de 300 mil em dificuldades deverão ser beneficiadas. O aumento no valor financiado para o custeio da safra dos assentados, com acréscimo de R\$ 150 sobre os R\$ 500 estipulados anteriormente, além do projeto de seguro de renda e do seguro agrícola, são medidas tímidas e pouco efetivas, na avaliação do senador.

Simon, que já foi ministro da Agricultura, lembrou proposta que apresentou em 1998 (PLS 126), definindo uma política agrícola para o país, que, entre outros pontos, estabelece crédito diferenciado aos agricultores familiares e aos assentados da reforma agrária.

# Medida provisória volta a obstruir pauta de votação

Além da MP sobre médico perito, outras oito terão prioridade para votação pelo Plenário esta semana

Depois de ter conseguido desobstruir a pauta de votações do Plenário, com a apreciação de quase 30 medidas provisórias (MPs) desde fevereiro, os senadores voltam a se defrontar nesta semana com mais MPs com prazo de tramitação no limite, o que pode trancar novamente as votações de projetos de lei e de emendas constitucionais.

Uma MP (166/04) já está obstruindo a pauta de amanhã e, se forem lidas as mensagens da Câmara com outras oito medidas provisórias aprovadas pelos deputados na semana passada, elas também trancarão a pauta. Pela Constituição, caso uma MP não seja votada pela Câmara e pelo Senado, a partir do 46º dia ela tem total prioridade de votação.

A MP 166 não trata de assunto polêmico, o que facilita sua votação. Ela é fruto das negociações que acabaram com a re-



**DECISÃO** Um dos projetos que aguarda exame do Plenário é o que trata do emprego das Forças Armadas no combate ao crime organizado

cente greve de médicos peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e prevê reajustes salariais e autorização para que sejam contratados, por 24 meses, até 3 mil novos servidores terceirizados, entre eles 2.300 médicos. Nesse período, o INSS promoverá concurso para contratação de novos peritos, o que não ocorria desde 1977. A contratação terceirizada dos médicos custará neste ano, ao governo, R\$ 42,8 milhões.

Se não forem lidas as mensagens com as oito novas medidas provisórias enviadas pela

Câmara, o Plenário do Senado poderá ainda votar uma pauta de outros 11 projetos, caso venha a apreciar a MP dos médicos peritos. Entre os projetos destaca-se o do senador César Borges (PFL-BA), que autoriza o Exército, a Marinha e a Aeronáutica a participarem, com órgãos federais, no combate ao crime organizado (PLS 221/03).

Faz ainda parte da pauta projeto (PLS 74/03) do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que proíbe a construção de prédios federais em áreas urbanas com mais de 50 mil habitantes e também na capital federal.

## Cassação só após todos os recursos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina nesta quarta-feira, a partir das 10h, projeto do senador César Borges (PFL-BA) que muda a Lei Eleitoral para garantir que cassações de mandatos por crimes eleitorais só tenham efeito após o julgamento de todos os recursos legais apresentados pelo réu, até a última instância.

Por sugestão do relator do projeto (284/03), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), seria ampliado para 15 dias, em vez de cinco, o prazo para a apresentação à Justiça de denúncias sobre compra de votos.

A CCJ analisa ainda projeto (76/03) do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que permite a denúncia de compras de votos desde o momento da escolha do candidato em convenção partidária e não somente durante a campanha eleitoral. Também torna a legislação mais rígida, ao estabelecer que punições como multa e cassação não impedem a ação penal.

Entre outras propostas, a co-



**Proposta de César Borges evita perda imediata de mandato**

missão deve deliberar sobre a PEC 25/03, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que prevê eleições em segundo turno nos municípios a partir de 100 mil eleitores. Atualmente, apenas os municípios com mais de 200 mil eleitores podem eleger prefeito em dois turnos. A votação dos demais itens da pauta da CCJ, de caráter terminativo, depende da liberação da pauta do Plenário.

## Apolônio Salles dá nome a sala de comissão

A sala de reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vai passar a se denominar Sala Senador Apolônio Salles. A homenagem, proposta em projeto (PRS 58/03) de autoria do senador José Jorge (PFL-PE), foi aprovada pelo Plenário do Senado na última quarta-feira.

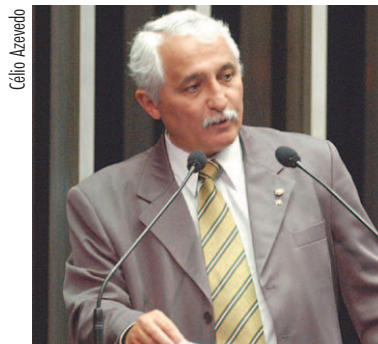
Apolônio Salles exerceu dois mandatos de senador entre os anos de 1946 e 1959, chegando inclusive à Presidência da Casa. Engenheiro agrônomo, sua

biografia está ligada ao setor elétrico e à agricultura. Ocupou a pasta de ministro da Agricultura em 1942 e 1954. Além disso, foi presidente da Companhia Elétrica do Vale do Rio São Francisco por 12 anos.

Para o senador José Jorge, a homenagem é uma "questão de justiça".

– Apolônio Salles é um dos mais destacados representantes de Pernambuco nesta Casa, com larga contribuição ao Brasil – afirmou.





**ESTATÍSTICA** Augusto Botelho ressalta que país tem 5 milhões de cegos, segundo a OMS

## Augusto cobra medidas para prevenir cegueira

A comemoração, na sexta-feira, do Dia da Saúde Ocular e do Dia do Oftalmologista foi lembrada por Augusto Botelho (PDT-RR). O senador defendeu a adoção de políticas públicas que tenham continuidade para alterar o quadro brasileiro nessa área. Para ele, a situação exige muito mais do que campanhas públicas que se esgotam no tempo.

– Estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam existir no país cerca de 5 milhões de cegos, dos quais aproximadamente 80% poderiam ter sido submetidos a tratamento preventivo se houvesse políticas públicas adequadas – alertou o senador.

A OMS adverte ainda, segundo Augusto Botelho, que se o país não adotar rígidas medidas de prevenção o número de casos de cegueira poderá atingir a cifra de 17 milhões nos próximos 20 anos.

Augusto considera que o foco das políticas públicas de saúde deve se direcionar para as regiões mais pobres e para as classes sociais menos favorecidas, em que se encontram os mais elevados índices de cegueira e enfermidades da área de oftalmologia, segundo assinalou. Ele defendeu ações preventivas especialmente centradas nas crianças, para prevenir cegueiras ou outros problemas de visão passíveis de tratamento.

Nos casos em que a ação preventiva não é mais possível, observou o senador, o tratamento corretivo deve ser imediatamente realizado para facilitar o acesso de deficientes visuais ao mercado de trabalho. A atuação do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, lembrou Augusto Botelho, tem contribuído para empregar pessoas com grave deficiência visual.

# Educação debate estímulo a cursos de alfabetização

■ Projeto de Valdir Raupp possibilita financiamento do Fundef às classes de jovens e adultos

A Comissão de Educação (CE) reúne-se amanhã, às 11h, para analisar uma pauta de 11 itens. Entre eles, o parecer favorável do senador Duciomar Costa (PTB-PA) ao substitutivo oferecido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que possibilita a distribuição de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) baseada nas matrículas de cursos de educação de jovens e adultos. O projeto de lei que gerou o substitutivo (PLS 33/03) é do senador Valdir Raupp



**MUDANÇA** Raupp quer propiciar recursos a estados e municípios

(PMDB-RO).

A legislação já dispunha de dispositivo com o mesmo objetivo, mas ele foi vetado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1997, o que levou estados e municípios a desacelerarem a oferta de cursos de

alfabetização. A proposição possibilita o financiamento do Fundef às classes de jovens e adultos, limitando o repasse dos recursos aos estados e municípios cujas taxas de analfabetismo superem a média nacional. Se a matéria for aprovada, será incluída na pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar.

Também deverá ser apreciado o parecer do senador José Maranhão (PMDB-PB) favorável ao projeto do deputado Wilson Santos (PSDB-MT) que extingue a lista tríplice do processo de escolha dos dirigentes universitários. Se a matéria (PLC 95/03) for aprovada sem alteração na comissão e no Plenário, os nomeados passarão a ser, obrigatoriamente, os nomes mais votados para cada cargo.

## Arquitetura pode ter conselho próprio

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência pública na quarta-feira, a partir das 10h, com a finalidade de instruir discussão a respeito de projeto de lei do Senado (PLS 347/03), de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), que regulamenta o exercício da arquitetura e do urbanismo e cria o Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e os respectivos conselhos regionais como órgãos de fiscalização profissional. A sugestão da reunião partiu do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), relator da matéria, com o fim de aprofundar e democratizar a discussão.



**REGULAMENTAÇÃO** José Sarney é autor do projeto que trata de exercício profissional

Foram convidados pela comissão para participar do debate os presidentes do Conselho Federal de Engenharia, Ar-

quitetura e Agronomia (Confea), Wilson Lang; do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Haroldo Pinheiro; da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA), Eduardo Bimbi; da Confederação das Federações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (Confaeab), Antônio de Pádua Angelim; e o urbanista e ex-governador do Paraná, Jaime Lerner.

A proposta, antiga reivindicação dos arquitetos, tem como consequência prática a separação dos arquitetos do Confea e a criação de seu próprio conselho.



**EXPECTATIVA** Sibá diz que mudança é antiga reivindicação de geógrafos

## Sibá quer revogar lei que regula profissão de geógrafo

O senador Sibá Machado (PT-AC) quer revogar a legislação que disciplina a profissão de geógrafo, para impedir que qualquer portador de título de mestre e doutor em Geografia possa exercer essa profissão em todas as especialidades da área. Com o projeto (PLS 117/04) que apresentou, ele espera ver a matéria aprovada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais.

Conforme Sibá, essa é uma antiga reivindicação da categoria, que não quer ver equiparada toda sua formação acadêmica de graduação e bacharelado a qualquer curso de pós-graduação em uma das subdivisões da Geografia.

Sibá lembra que a legislação em vigor permite que um graduado em outro curso superior, mas especializado em qualquer ramo da Geografia Física ou Humana, como Climatologia ou Astronomia, pode se dedicar a todas as atividades de reconhecimento, levantamento, estudo, pesquisa e investigação científica nos campos da ciência geográfica.

## Virgílio parabeniza pesquisadora da Fiocruz

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) parabenizou a pesquisadora Adriana Martins, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), na Amazônia, pelo trabalho em que destaca o potencial da enzima obtida de fungos da região no combate ao câncer. De acordo com a pesquisadora, a enzima pode substituir o asparaginase, medicamento importado da Alemanha e dos Estados Unidos, com a vantagem de não causar reações adversas como o choque anafilático.

Adriana Martins foi premiada no 22º Congresso de Microbiologia,

recentemente realizado em Florianópolis (SC). A pesquisadora, informou Arthur Virgílio, também defendeu recentemente dissertação de mestrado sob o título "Asparaginase II (enzima) de *Sacharomyces cerevisiae* (fungo da Amazônia)".

O fungo, segundo a pesquisadora da Fiocruz, além de eficiente no combate ao câncer, reduz substancialmente os custos, razão pela qual o Sistema Único de Saúde (SUS) já não utiliza mais o medicamento importado para essa finalidade. Para Adriana Martins, embo-

ra eficaz em 90% dos casos, o asparaginase causa reações nos pacientes, o que não ocorre com o fungo da Amazônia que ela vem estudando. O projeto de pesquisa está sendo desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa) e com a Universidade Federal da Amazônia.

– Cumprimento a ilustre pesquisadora e destaque, ao mesmo tempo, a imensa potencialidade da Amazônia, cuja diversidade biológica é, para todos nós, motivo de justo júbilo – disse Arthur Virgílio.



**RECONHECIMENTO** Virgílio observa que descoberta ajuda no combate ao câncer



## Arns destaca os 150 anos de ferrovias no país

O senador Flávio Arns (PT-PR) homenageou os 150 anos de criação das ferrovias no Brasil e defendeu a retomada desse meio de transporte. Arns quer a valorização da memória histórica das ferrovias. Ele fez apelo ao presidente do Senado, José Sarney, para ajudar o Paraná a conseguir autorização do resgate da linha férrea entre Morretes e Antonina, junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e ao Ministério dos Transportes.

– Apenas resgatando nossa dívida com a memória histórica embarcaremos num trem rumo ao futuro promissor para o nosso país – frisou Arns.

O senador lembrou que a primeira ferrovia brasileira foi criada por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, e que a construção de estradas de ferro levou à criação de centenas de cidades. No fim da década de 50, o Brasil atingiu a marca de 38 mil quilô-

metros de ferrovias, contou. Mas, em seguida, salientou, começou a decadência desse tipo de transporte, com a opção errônea de priorizar a indústria automobilística.

– O modal ferroviário é menos poluente, economiza combustível, reduz custos de manutenção e diminui o número de acidentes – afirmou.

O senador elogiou a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF) pelo trabalho de resgate da memória desse meio de transporte.



**VANTAGENS** Flávio Arns defende a retomada do transporte ferroviário no Brasil

### Pouca carga

O sistema ferroviário brasileiro tem **29,7 mil quilômetros**. Grande parte dessa malha está nas mãos da iniciativa privada. Em **2003** as ferrovias transportaram **29,1%** das cargas que circularam no país (veja a tabela), número bastante inferior a de outros países de dimensões continentais, como Rússia e Estados Unidos, onde **mais da metade** do transporte é feito por trens. Vale ressaltar que, segundo o próprio governo, o custo do frete nas ferrovias é **50%** mais barato em relação às rodovias.

Matriz	Participação no transporte de cargas (%)
Aeroviário	0,4
Aquaviário	34,1
Ferrovário	29,1
Rodoviário	36,4

Fonte: DNIT/Fipe



## Raupp quer modernização de porto graneleiro em RO

Ao destacar notícia de que este ano Rondônia baterá o recorde na exportação de soja com 2 milhões de toneladas, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu que sejam viabilizados recursos para modernização e ampliação da estrutura portuária e das vias de acesso ao porto graneleiro, em Porto Velho. Entre as opções estão o projeto de parceria público-privada (PPP) e a alocação de recursos do Ministério dos Transportes, pois, segundo o parlamentar, não se deve estimular a produção e falhar no transporte.

Responsável pela implantação do porto graneleiro quando governava Rondônia, Raupp ressaltou os reflexos da obra na economia do estado. Conforme explicou o senador, “o porto graneleiro de Porto Velho e o transporte hidroviário são elementos que apontam para o desenvolvimento da agropecuária do estado de Rondônia”.

Raupp enfatizou ainda que, “embora a soja seja efetivamente o principal produto embarcado no porto graneleiro, muitos outros têm participação destacada em sua movimentação”.

## Ciro vai explicar atraso na recriação da Sudene e Sudam

■ Amanhã na CAE, ministro deve justificar retirada da urgência no projeto que cria as superintendências

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouve amanhã, a partir das 11h, o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, sobre a decisão do governo de retirar o pedido de urgência na tramitação dos projetos de lei complementar que recriam as Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam), que tramitam na Câmara.

O requerimento do senador César Borges (PFL-BA), que obteve apoio de outros senadores da CAE, também solicita ao ministro esclarecimentos sobre estudos do seu ministério para a criação da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. César Borges justifica seu pedido lembrando que o ministro, em audiência na CAE, no pri-



**AUDIÊNCIA** Autor do requerimento, César Borges (ao centro) também pede esclarecimento sobre criação de agência para o Centro-Oeste

meiro semestre do ano passado, sustentou o compromisso assumido pelo governo de retomar as políticas de desenvolvimento regional.

A Sudene e a Sudam, extintas no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, voltariam a exercer papel fundamental na implementação dessas políticas. Mas desde o lançamento da proposta de recriação da Sudene pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 28 de julho de 2003, os parlamentares vêm cobrando o acordo do governo.

O senador argumenta que informações veiculadas pela imprensa relacionam a retirada da urgência à tramitação da proposta de emenda à Constituição da reforma tributária, mais especificamente à vinculação da gestão do Fundo de Desenvolvimento Regional, que destina recursos para obras de infra-estrutura nos estados e municípios, principalmente para recuperação das estradas.

– A retirada das urgências colocou em risco interesses maiores das regiões mais pobres – alerta César Borges.

## Delcidio homenageia Itaipu Binacional

O 30º aniversário de inauguração da Itaipu Binacional, que transcorreu no último dia 4, foi lembrado em discurso do senador Delcidio Amaral (PT-MS). Ele homenageou “a todos os que ajudaram a construir essa que é a maior hidrelétrica do mundo”, com potência instalada de 12.600 megawatts, o suficiente para atender a 24% do consumo brasileiro.

– Apesar de seu extraordinário desempenho, Itaipu não se limita à produção de energia. A empresa, como tem sido dito por seu presidente Jorge Samek, tem uma história de respeito ao meio ambiente, de integração com a comunidade, de geração



**EXEMPLO** Empresa respeita o ambiente e apóia comunidades locais, resalta Delcidio Amaral

de renda para os municípios limítrofes, de envolvimento com o turismo regional e de responsabilidade social – destacou o senador.

Segundo Delcidio, desde a fase de projeto, Itaipu sempre teve preocupação com o meio ambiente, para garantir qualidade da água do reservatório e preservar a fauna e a flora da região. O programa de conscientização ambiental Cultivando Água Boa, exemplificou, envolve toda a comunidade da região e objetiva a preservação das nascentes e rios que deságuam no lago, pela margem brasileira.

Com 1,46 milhão de quilômetros quadrados de área alagada, desde 1991 Itaipu paga compensação financeira aos municípios afetados pelo alagamento de terras.

## Antero propõe cargo de vereador honorífico

Vereadores de municípios com até 15 mil habitantes podem perder direito a salário se for aprovada proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) à Mesa do Senado. De acordo com a proposta, os eleitos exerceriam seus respectivos mandatos no cargo de “vereador honorífico”. A PEC já tem 30 assinaturas e foi inspirada em projeto apresentado pelo então senador Paulo Hartung, hoje governador do Espírito Santo. Antero considera que a medida repre-

sentaria uma economia para os cofres públicos e possibilitaria que o vereador continuasse exercendo sua atividade profissional, pois em cidades menores as reuniões nas câmaras de vereadores ocorrem uma vez por semana ou até mesmo uma vez por mês. Com isso, os representantes municipais poderiam manter-se em seus empregos e dedicar algumas horas aos interesses municipais.

“O maior beneficiário de tal medida será a população dos municípios mais pobres”, explicou Antero.



**Vereador de município pequeno não teria salário, sugere Antero**



# Serys elogia política ambiental da Eletrobrás

**Governo Lula tem sabido garantir energia e, ao mesmo tempo, preservar a natureza, diz senadora**

A senadora Serys Slhessa-  
renko (PT-MT) afirmou, em discurso, que o governo federal tem garantido, por meio das estatais, investimentos em áreas relevantes para o projeto de desenvolvimento sustentável do país. Ela se referiu, especificamente, aos investimentos feitos pelas empresas do grupo Eletrobrás, observando que, num país em que a consciência ambiental ainda é um valor a se construir, o exemplo que



Roosevelt Pinheiro

**COMBATE À POLUIÇÃO** Serys destaca programa voltado para o uso da bioeletricidade

vem sendo dado pela estatal é altamente didático.

Serys disse que a política ambiental da Eletrobrás estabelece parâmetros para o tratamento das questões socio-

ambientais associadas aos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica. A senadora destacou inicialmente o Programa Bioeletricidade, que visa à substituição progressiva do diesel, substância altamente poluente, por biodiesel obtido a partir de óleos vegetais. O projeto, informou, prevê também o aproveitamento de lixo e esgoto em centros urbanos para a produção de energia.

Outro programa da estatal citado por Serys foi o das Comunidades Indígenas. “O Programa Indígena Waimiri-Atroari, na usina hidrelétrica Balbina (AM), por exemplo, permitiu a recuperação desse povo em termos demográficos, humanos e culturais”, disse ela. A

senadora também se referiu ao programa Vamos Plantar, que cria condições, em quatro estados, para o plantio de culturas agrícolas de até três metros de altura na faixa de segurança das linhas de transmissão.

## Mata Atlântica

Serys relatou ainda o êxito de projetos como o de Fabricação de Tijolos a partir de cinza do carvão, o de Apoio às Comunidades Extrativistas de Babaçu, o de Hortas Comunitárias, o Cultivando Água Boa e o Sítio Arqueológico de Piraquara de Fora, na região de Angra dos Reis (RJ). O programa desenvolvido por Furnas, para proteção de unidades de conservação – parques nacionais e estaduais, reservas biológicas, estações ecológicas, parques ecoló-

gicos e áreas de proteção ambiental –, também foi citado pela senadora. A senadora informou que “essa ação contribui para a proteção de uma área de mais de 1,7 milhão de hectares representativos de dois ecossistemas: o Cerrado e a Mata Atlântica”.

– É com grande satisfação que fazemos este registro, já que é uma demonstração de que o governo Lula tem sabido, a um só tempo, garantir a geração de energia, nos livrando das graves crises que marcaram esse setor durante o indigesto governo de Fernando Henrique, e também zelar para que essa produção de energia seja feita dentro de parâmetros conservacionistas – afirmou a senadora.

## Jucá aplaude a criação do prêmio de artes plásticas Marcantonio Vilaça

A criação do Prêmio CNI-Sesi Marcantonio Vilaça para as Artes Plásticas foi elogiada, em Plenário, pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). A premiação, segundo informou, dará a artistas plásticos cinco bolsas de trabalho no valor de R\$ 30 mil, com 12 meses de duração, para incentivar a produção artística nacional.

Segundo Jucá, esse sempre foi o maior objetivo de Marcantonio Vilaça, morto aos 37 anos, e que se destacou como *marchand* e grande incentivador das artes no país. Ele era filho do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Marcos Vilaça e optou



Célio Azevedo

**Iniciativa da premiação é da CNI e do Sesi, informa Romero Jucá**

portantes instituições nacionais ligadas ao setor industrial demonstra, dessa forma, que o caminho pioneiramente trilhado por Marcantonio não se esgotou – afirmou Romero Jucá.

pelo mundo artístico em vez de seguir a carreira de diretor das empresas da família.

– O incentivo às artes e à cultura em nosso país depende muito desses atos de mecenato. Por vezes, o amor às artes é mais forte e mais motivador do que eventuais benefícios fiscais auferidos pelos mecenas. O patrocínio dessas duas importantes instituições nacionais ligadas ao setor industrial demonstra, dessa forma, que o caminho pioneiramente trilhado por Marcantonio não se esgotou – afirmou Romero Jucá.

## Tuma destaca participação do Senado na Bienal de SP

Ao comentar a participação do Senado na 18ª Bienal do Livro de São Paulo, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) ressaltou o lançamento, pela Casa, de diversas publicações, como a que trata dos 450 anos da capital paulista e a que traz a biografia das senadoras brasileiras. Tuma elogiou ainda a atuação da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), pelo lançamento de livros impressos em braile.

O senador citou os três volumes que tratam da história da capital paulista: *Na Capitania de São Vicente*, do ex-presidente Washington Luís; *História da Cidade de São Paulo*, de Afonso Taunay; e *História da Capitania de São Vicente*, de Pedro Taques.

– São obras que muito colaboraram para a compreensão da origem, do desenvolvimento e do progresso de São

Paulo e de como o povo paulista, ao longo dos séculos, colaborou com patriotismo e determinação para a construção do Brasil – disse ele.

Tuma destacou ainda o lançamento, pelo Senado, de várias coleções, como *Biblioteca Básica Brasileira*, *Brasil 500 Anos*, *Memória Brasileira*, *O Brasil Visto por Estrangeiros*, *História Constitucional Brasileira* e a *História do Direito Brasileiro*. O senador mencionou também a *Revista de Informação Legislativa*, “fundamental para o estudo do Direito no Brasil”.



Célio Azevedo

**Romeu Tuma cita obras como a dedicada à história da capital**

## Programa especial da Rádio Senado analisa a questão do negro no país

“A trajetória dos negros no Brasil – a discriminação não acabou”. Esse é o título da reportagem especial que a Rádio Senado leva ao ar no dia 13 de maio, próxima quinta-feira, às 8h30, com reprise às 20h30.

O programa lembra os 116 anos da libertação dos escravos no Brasil, ocorrida em 13 de maio de 1888 e questiona se, de fato, não existe discriminação racial no país. Também discute qual o real significado da “liberdade” alcançada na época pelos negros. A reportagem traz informações sobre a luta do líder Zumbi dos Palmares e apresenta painel com dados atuais sobre a desigualdade racial e as ações adotadas para reduzi-la, como o sistema de cotas.



## Importância de Ayrton Senna para o Brasil é lembrada por Papaléo Paes

Ao registrar os dez anos da morte do piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna, completados em 1º de maio, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) afirmou que “aquele dia foi de respeito, encantamento e reflexão”. Respeito, disse ele, pelo que representou “esse grande brasileiro no imaginário do povo”, encantamento decorrente das muitas alegrias que proporcionou ao povo e reflexão sobre as lições deixadas por Senna, entre elas as de patriotismo, de amor profundo e contagiante pelo Brasil e de solidariedade aos necessitados.

O parlamentar citou as conquistas obtidas por Senna na Fórmula 1: três campeonatos mundiais, 41 vitórias, 65 *pole positions*, 19 recordes de pista, 614



Roosevelt Pinheiro

**Papaléo exalta obra de instituto criado por inspiração do ex-piloto**

pontos.

Papaléo observou que, dois meses antes do acidente fatal no circuito de Ímola, Senna revelara a sua irmã Viviane os planos de envolver-se em uma ação ordenada de apoio aos excluídos. Desse sonho, acrescentou, nasceu o Instituto Ayrton Senna, que desde novembro de 1994 desenvolve programas na área da educação formal e da educação complementar.

Segundo o senador, em quase dez anos o instituto já atendeu cerca de 4 milhões de crianças e jovens, estabeleceu parcerias com 3.375 escolas, universidades e organizações não-governamentais, atuou em 24 estados e em 463 municípios e investiu R\$ 113 milhões.



## Sérgio Guerra aponta imobilismo do governo



Sérgio Guerra diz que governo foi loteado

O senador Sérgio Guerra (PS-DB-PE) comentou artigo publicado no jornal *O Globo* intitulado "Privatização", que mostra "a paralisia e a postura vacilante" do governo. O destaque da matéria, segundo o parlamentar, é a idéia de que o imobilismo do atual governo está relacionado com o loteamento que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PT fizeram de parte da máquina pública entre grupos de pressão. Segundo o texto, "na prática, houve uma privatização da máquina pública". Dessa forma, assinalou Sérgio Guerra, o presidente Lula está enganado quando pensa estar angariando popularidade ao permitir o controle de parte da máquina do governo por grupos de pressão.

## Marcos Guerra reclama de projetos sociais



Marcos Guerra cita artigo que analisa administração

"A estrela cadente", artigo publicado no *Jornal do Brasil* que trata do desempenho da administração petista após mais de um ano de governo, foi destacado pelo senador Marcos Guerra (PSDB-ES) em discurso.

O parlamentar ressaltou a paralisia e a ineficiência do governo quanto à implementação do programa Fome Zero e de outras ações e projetos na área social.

O texto de Ubiratan Iorio, lido pelo senador do Espírito Santo, compara a administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com uma "ópera bufa" em três atos: "embrulhada política, plágio econômico e embustice ética".

"Cai a estrela, sobem o desemprego e a corrupção. Diminui a esperança, aumentam a frustração e o sentimento de que os eleitores foram vítimas, em 2002, de uma grande ilusão de ótica e de ética", conclui o artigo citado pelo senador.

## Maria do Carmo alerta para desigualdade social

Ao citar matéria publicada dia 2 de maio no *Jornal do Brasil*, intitulada "Brasil – o campeão da desigualdade", a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) destacou a opinião do coordenador da Organização das Nações Unidas (ONU) no país, Carlos Lopes, segundo o qual o Brasil é o país mais desigual do mundo. Em situação pior es-

tão apenas a Namíbia, Botswana, República Centro-Africana e Suazilândia, que juntos somam uma população de 15 milhões.

Segundo Carlos Lopes, afirmou Maria do Carmo, o mais grave no caso do Brasil é que não existe planejamento na área social e as desigualdades são tão grandes que foi criada uma cultura de violência em

proporções alarmantes. Para a senadora sergipana, os jovens desempregados e sem perspectivas "são um exército à disposição do tráfico de drogas e tornam-se coadjuvantes dessa guerra cotidiana que estamos vendo".

Por isso, Maria do Carmo cobrou ações imediatas do governo para combater o desemprego.



VIOLENCIA Maria do Carmo afirma que falta perspectiva aos jovens brasileiros

# PT substitui Paim na comissão que vai examinar salário mínimo

Ideli Salvatti diz que nomeação dos novos membros se deu após acordo entre governo e oposição

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), distribuiu na sexta-feira nota oficial em que explica a substituição do senador Paulo Paim (PT-RS) na Comissão Mista do Salário Mínimo. Segundo a senadora, tanto ela como o líder do PT na Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (SP), resolveram nomear para a comissão mista "representantes que defendessem a posição do governo".

A comissão mista, instalada para analisar a medida provisória que elevou o salário mínimo para R\$ 260 a partir de 1º de maio, reúne-se amanhã para uma audiência pública. Serão ouvidos o professor da Universidade de Campinas e secretário



SURPRESA Paim afirma que ficou chocado com a sua substituição no colegiado

municipal do Trabalho de São Paulo, Márcio Pochmann; o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas; Marcelo Néri, consultor da Fundação Getúlio Vargas; e o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, João Lima.

Presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e tendo como relator o deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ), a comis-



VOTOS Ideli ressalta que membros da comissão irão defender posição do governo

são mista foi instalada na semana passada, mas, em razão de vícios regimentais, teve sua composição alterada. A vice-presidência, antes ocupada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), está vaga.

Conforme a nota distribuída pela líder Ideli Salvatti, a nomeação dos novos representantes ocorreu após acordo entre a base do governo e a oposição para desobstruir a pauta na Câ-

mara dos Deputados em troca da instalação da comissão mista. Esta não poderia funcionar devido a problemas regimentais – um deles é que, sendo comissão mista, não poderia ter como presidente e vice dois senadores. Um dos dois cargos deveria ser preenchido por deputado.

De acordo com a nota, após o acordo entre oposição e base, permitindo o funcionamento da comissão mista, a líder indicou, para titularidade, o seu nome, o de Tião Viana (PT-AC) e o de Sibá Machado (PT-AC). Os suplentes são Fátima Cleide (PT-RO), Roberto Saturnino (PT-RJ) e Fernando Bezerra (PTB-RN).

O senador Paulo Paim explicou que mantém a posição de votar contra o projeto que eleva o mínimo para R\$ 260. E reclamou de sua substituição.

– Estou chocado. Tenho a impressão que não querem que a gente faça um bom debate – afirmou Paim.

## Alvaro prevê aumento da exportação agrícola no PR

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou o plano de metas da Organização das Cooperativas Paranaenses (Ocepar) para o quinquênio 2005/2010, que prevê a triplicação das exportações de produtos agrícolas pelas 64 cooperativas do Paraná. A Ocepar, afirmou o senador, é responsável por 50% das exportações do sistema cooperativista do agronegócio brasileiro.



Alvaro Dias destaca trabalho desenvolvido pela Ocepar

– É estimulante poder destacar que as cooperativas do Paraná foram responsáveis por quase 60% de mais de 1 milhão de toneladas de trigo que o Brasil exportou de dezembro de 2003 a março de 2004 para o Egito e o Marrocos – destacou o senador, acrescentando que o mercado árabe é um dos alvos preferenciais do plano de metas anunciado pelo presidente da

Ocepar, João Paulo Koslovski.

Alvaro Dias lembrou, no entanto, que a participação das cooperativas no chamado agronegócio ainda é tímida – apenas US\$ 1,3 bilhão, em um total de US\$ 30 bilhões exportados pelo setor em 2003.

– A Ocepar tem participação muito forte no setor de soja, frango, suco de laranja, milho e trigo – acrescentou.

### Cooperativas empregam 111 mil

As cooperativas agropecuárias brasileiras empregam 111 mil pessoas, divididas em 1,5 mil unidades. A participação do sistema cooperativo na safra agropecuária varia de acordo com o produto, mas chega a 62% para o trigo. No caso do leite, quase 40% da produção nacional vêm das cooperativas. Veja o exemplo de outras culturas abaixo:

Produto	Participação das cooperativas na produção nacional (%)
Algodão	38,9
Suínos	31,5
Soja	29,4
Café	28,0
Milho	16,7
Arroz	11,4
Feijão	11,2

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)



# Esteja atento ao abastecer o seu veículo

O consumidor brasileiro deve estar atento ao preço e à qualidade do combustível antes de abastecer o seu veículo. Até 1997, quando foi editada a chamada Lei do Petróleo (nº 9.478) – que extinguiu o monopólio da Petrobras, regulamentou a abertura do setor de petróleo e gás

natural, e criou a Agência Nacional do Petróleo (ANP) –, os preços dos combustíveis eram fixados por ato do Ministério da Fazenda. Hoje, com a liberdade de preços em toda a cadeia de produção e comercialização de combustíveis, o consumidor deve fazer uma pesquisa de preços, se quiser

economizar.

A ANP divulga semanalmente um levantamento de preços praticados por postos revendedores em todo o Brasil e mantém em seu endereço na Internet a relação dos estabelecimentos autuados ou interditados por problemas na qualidade de combustíveis. Em

2003, foram 1.485 postos autuados pelo órgão por problemas com a qualidade do combustível vendido. Segundo pesquisa de qualidade feita pela agência, os estados do Paraná, São Paulo e Pernambuco lideram o *ranking* de adulteração de gasolina no país. O álcool hidratado foi o que apresentou

o maior índice de adulteração.

Para ajudar o consumidor, o Especial Cidadania de hoje traz dicas para economizar na hora de abastecer, informações para identificar os sinais emitidos pelo carro com o uso de combustível adulterado, a legislação do setor e os projetos em tramitação no Congresso.



## Na hora de abastecer

- Abasteça preferencialmente no mesmo posto, ou naquele que faz parte do Programa de Controle de Qualidade da distribuidora
- Veja se o posto exibe os certificados de análises da última entrega de combustível
- Desconfie de combustível com preço muito baixo
- Caso desconfie do combustível, solicite um teste do produto. É um direito do consumidor garantido por lei
- Exija sempre a nota fiscal

## Sinais de combustível adulterado

A adulteração pode ocorrer com a adição de álcool na gasolina acima do permitido, uso de solventes químicos ou industriais etc. Seja qual for o meio de adulteração, ela traz prejuízos no desempenho, funcionamento e vida útil do veículo. Alguns sinais:

- Demora para dar a partida pela manhã
- O carro pode ganhar ou perder potência
- O cheiro do combustível é diferente, parecido com o de acetona
- O escapamento solta mais fumaça branca que o normal
- Aumento do consumo
- Se houver mais de 25% de álcool na gasolina, a queima do motor é deficiente e faz soltar um líquido preto pelo escapamento
- Se o combustível tiver solvente, o carro pode apresentar problemas no bico injetor e na bomba de gasolina
- Saída de água em estado líquido pelo escapamento, em quantidade acima do normal, enquanto o motor estiver frio\*

\*Esse sintoma será mais notado se o motor estiver bem regulado e em boas condições

## Dicas para gastar menos

- Faça a manutenção periódica do automóvel com regulagem do carburador ou da injeção eletrônica. As velas devem ser trocadas, assim como os cabos e filtros de ar e de combustível nas quilometragens recomendadas pelo manual do veículo
- Calibre os pneus periodicamente na pressão indicada pelo manual do proprietário. Rodar com eles murchos aumenta o consumo
- Desligue o motor quando parar o carro por um período longo
- Evite velocidades excessivas, assim como freadas e aceleradas bruscas. Também não acelere desnecessariamente, seja com o carro parado ou em movimento
- Nunca acelere o carro antes de desligar o motor, pois isso pode provocar danos no catalisador, aumentando a emissão de poluentes e prejudicando o desempenho
- Escolha rotas ou horários alternativos para escapar de congestionamentos
- Use menos ar-condicionado. Dependendo do carro, o equipamento pode aumentar o consumo em 20%
- Retire do carro todos os objetos desnecessários e que aumentam o peso transportado pelo veículo, elevando o consumo
- Abasteça apenas em posto de confiança para evitar os prejuízos causados pela gasolina adulterada

## Fiscalização está a cargo da ANP

A fiscalização do mercado de distribuição e revenda de combustíveis em todo o país está a cargo da ANP (Lei 9.847/99). A lei prevê penalidades para as infrações e autoriza os fiscais da agência a testar a qualidade do combustível colocado a venda. Caso seja encontrada irregularidade, o posto é autuado, ou seja, o fiscal emite um auto de infração e abre-se um processo administrativo. A multa para a venda de produto com problemas de qualidade varia entre R\$ 20 mil e R\$ 5 milhões.

A responsabilidade pela qualidade do combustível é do revendedor. Todos os postos devem analisar o produto que recebem das distribuidoras, conforme portaria da ANP (nº 248/00). O revendedor fica obriga-

do, ainda, a coletar amostra de cada compartimento do caminhão-tanque que faz a entrega e efetuar análises das características do combustível, como aspecto e cor, densidade, teor alcoólico e massa. As amostras e os resultados das análises deverão ficar à disposição da ANP e dos consumidores. A portaria também estabelece que os postos só poderão receber combustíveis de caminhões-tanque cujos compartimentos estejam com os respectivos bocais de entrada e saída lacrados pelo distribuidor ou pela agência.

A ANP faz o acompanhamento de preços e oferta de combustível, podendo, inclusive, em caráter temporário, fixar preços máximos, caso sejam comprovadas práticas abusivas,

formação de cartel e danos ao consumidor.

**Projetos** – Entre as propostas em tramitação no Congresso Nacional que tratam da comercialização de combustíveis, está o PL 2.316/03, do deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), que institui o Código Brasileiro de Combustíveis, estabelecendo critérios para o setor e penalidades. Projeto de iniciativa do então senador Carlos Bezerra (PLS 223/02) considera crime contra a ordem econômica a adulteração dos combustíveis. Outra proposta, do então senador Carlos Patrocínio (PLS 123/99), torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos.

## Informações

### Agência Nacional do Petróleo (ANP)

Para denunciar gasolina adulterada: 0800 90-0267

Lista de postos autuados – [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br) – item Fiscalização

Pesquisa de preços – [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br) – item Levantamento de Preços

### Ministério de Minas e Energia

Tel: (61) 319-5041

[www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br)

### Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)

Tel: (61) 426-8599

[www.cade.gov.br](http://www.cade.gov.br)

### Petrobras

Tel: 0800 78-9001

[www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br)

### Ipiranga

Tel: 0800 25-3805

[www.ipiranga.com.br](http://www.ipiranga.com.br)

### Shell

Tel: 0800 78-1616

[www.shell.com.br](http://www.shell.com.br)

### Esso

Tel: 0800 701-5353

[www.esso.com.br](http://www.esso.com.br)

### Texaco

Tel: 0800 21-2233

[www.texaco.com.br](http://www.texaco.com.br)